



Mapeamento das práticas pedagógicas relativas ao ensino da argumentação no Brasil

Rayna Dantas Santana

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil
<https://orcid.org/0009-0008-5262-3353>

Isabel Cristina Michelin de Azevedo

Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil
orcid.org/0000-0002-5293-0168

Este artigo parte de uma revisão de literatura e tem como objetivo mapear as práticas pedagógicas referentes ao ensino da argumentação sob uma perspectiva emancipadora. Assim, sustenta-se em distintas perspectivas a fim de observar como são articuladas a linguagem, criticidade e emancipação. A metodologia consistiu em uma revisão sistemática de literatura que filtrou artigos publicados entre 2015 e 2024. Nesse processo, foram selecionados 17 trabalhos, analisados com base em três critérios: ensino efetivo da argumentação, valorização da criticidade e informações relativas às aprendizagens dos discentes. Para fins de aprofundamento, a discussão se concentra nos estudos que respondem mais adequadamente aos critérios estabelecidos, permitindo uma análise mais precisa das práticas pedagógicas mapeadas. Os resultados indicam que, embora haja avanços significativos, como o uso de gêneros digitais, estratégias de reescrita e autoavaliação, muitas propostas ainda se restringem à reprodução de modelos escolares, sem foco específico para a argumentação humana.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas. Ensino da argumentação. Revisão sistemática. Argumentação Emancipadora.

Mapeo de las prácticas pedagógicas relacionadas con la enseñanza de la argumentación en Brasil

Este artículo parte de una revisión bibliográfica y tiene como objetivo mapear las prácticas pedagógicas relacionadas con la enseñanza de la argumentación desde una perspectiva emancipadora. Así, se basa en diferentes perspectivas con el fin de observar cómo se articulan el lenguaje, la crítica y la emancipación. La metodología consistió en una revisión sistemática de la bibliografía que filtró artículos publicados entre 2015 y 2024. En este proceso, se seleccionaron 17 trabajos, que se analizaron en función de tres criterios: enseñanza efectiva de la argumentación, valoración de la crítica e información relativa al aprendizaje de los alumnos. A fin de profundizar, la discusión se centra en los estudios que responden más adecuadamente a los criterios establecidos, lo que permite un análisis más preciso de las prácticas pedagógicas mapeadas. Los resultados indican que, aunque se han producido avances significativos, como el uso de géneros digitales, estrategias de reescritura y autoevaluación, muchas propuestas siguen limitándose a la reproducción de modelos escolares, sin un enfoque específico en la argumentación humana.

Palabras clave: Prácticas pedagógicas. Enseñanza de la argumentación. Revisión sistemática. Argumentación emancipadora.

Mapping of pedagogical practices related to the teaching of argumentation in Brazil

This article is based on a literature review and aims to map pedagogical practices related to teaching argumentation from an emancipatory perspective. Thus, it draws on different perspectives in order to observe how language, critical thinking, and emancipation are articulated. The methodology consisted of a systematic literature review that filtered articles published between 2015 and 2024. In this process, 17 works were selected and analyzed based on three criteria: effective teaching of argumentation, appreciation of critical thinking, and information related to student learning. For the purposes of further analysis, the discussion focuses on the studies that most adequately meet the established criteria, allowing for a more accurate analysis of the pedagogical practices mapped. The results indicate that, although there have been significant advances, such as the use of digital genres, rewriting strategies, and self-assessment, many proposals are still limited to the reproduction of school models, without a specific focus on human argumentation.

Keywords: Pedagogical practices. Teaching of argumentation. Systematic review. Emancipatory argumentation.

Introdução

O ensino da argumentação ocupa um lugar central nas políticas curriculares brasileiras, especialmente na *Base Nacional Comum Curricular* (doravante BNCC), que a reconhece como competência fundamental para a formação cidadã, crítica e participativa. Argumentar é uma prática social que mobiliza raciocínio, posicionamento e diálogo, permitindo aos sujeitos intervir no mundo de forma consciente. Entretanto, apesar de seu reconhecimento oficial, observa-se que em muitas escolas a argumentação ainda é trabalhada de maneira reducionista, frequentemente restrita à estrutura do texto dissertativo-argumentativo, o que limita sua dimensão formativa e social. Esse cenário indica a necessidade de compreender de que forma a argumentação tem sido ensinada no Brasil e em que medida é mobilizada como prática educativo-crítica e emancipadora.

A centralidade da argumentação na educação básica brasileira não é recente. Os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, publicados em 1998, já destacavam a importância de desenvolver competências argumentativas que permitissem ao estudante posicionar-se criticamente diante de diferentes situações comunicativas. Contudo, foi sobretudo a partir da implementação da BNCC, em 2018 (ano de publicação da versão para o ensino médio), que a argumentação passou a assumir um papel importante, vinculada às competências gerais que visam ao desenvolvimento do pensamento crítico, da responsabilidade e da cidadania. A implementação desses documentos normativos representou um marco para o campo educacional, pois deslocou o foco do ensino, principalmente da escrita, de uma perspectiva meramente normativa para uma abordagem mais crítica e discursiva.

Paralelamente, observa-se o fortalecimento das pesquisas acadêmicas voltadas a esse tema, especialmente no âmbito de programas de pós-graduação profissionais, como o Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras). Esse programa tem se constituído em espaço privilegiado para a produção de trabalhos que articulam teoria e prática, contribuindo para que professores da educação básica desenvolvam propostas inovadoras de ensino da argumentação, como aponta Azevedo *et al.* (2023). O crescimento dessas pesquisas, sobretudo entre 2015 e 2024, período recortado neste estudo, pois em 2015 teve início a consulta pública para a construção da BNCC, justifica a realização de uma revisão sistemática que permita mapear

tendências, identificar lacunas e analisar criticamente as metodologias que vêm sendo implementadas.

Assim, compreender como a argumentação tem sido ensinada no Brasil é um desafio que ultrapassa a dimensão escolar, trata-se de uma questão social e política. Ensinar a argumentar significa formar sujeitos capazes de avaliar informações, dialogar com diferentes perspectivas e participar ativamente dos debates públicos que atravessam a vida em sociedade. Como ressalta Tonet (2007), a educação para a cidadania não pode se restringir ao acúmulo de conteúdos, mas deve possibilitar a constituição de sujeitos livres, autônomos e conscientes de seu papel histórico.

O objetivo central da pesquisa, que serve de referência para este artigo, foi mapear as práticas pedagógicas referentes ao ensino da argumentação sob uma perspectiva emancipadora. A partir da análise de produções acadêmicas recentes, buscou-se compreender como essas práticas vêm sendo desenvolvidas na educação básica, de modo a favorecer a construção de sujeitos autônomos, críticos e socialmente engajados. Essa perspectiva se articula à concepção de argumentação como prática social, entendida não apenas como técnica de convencimento, mas como meio para a construção coletiva de sentidos e como exercício da cidadania.

Para atingir esse objetivo, este texto se estrutura em quatro etapas complementares: (i) reunir material bibliográfico articulado às principais teorias da argumentação, priorizando abordagens que a concebem como instrumento de emancipação humana; (ii) selecionar ideias que permitam uma visão integrada das informações coletadas, estabelecendo conexões entre referenciais teóricos e relatos de práticas pedagógicas; (iii) comparar os dados obtidos nos diferentes estudos analisados, identificando recorrências, especificidades, tendências e lacunas; (iv) categorizar os trabalhos conforme situações comunicativas e metodológicas, possibilitando uma análise crítica e interpretativa sobre as formas de ensino da argumentação na educação básica brasileira.

Em síntese, este artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura realizada entre os anos de 2015 e 2024¹, voltada a mapear práticas pedagógicas sobre o ensino da argumentação em escolas brasileiras de educação básica. O texto está

¹ O recorte temporal teve início em 2015 por corresponder ao ano em que foi realizada a consulta civil para a formulação da *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), momento que impulsionou novas discussões sobre o ensino da argumentação no Brasil.

organizado em três seções principais: após esta introdução, apresenta-se a metodologia, explicitando os procedimentos de seleção e análise; em seguida, discutem-se os resultados e as contribuições identificadas; e, por fim, nas considerações finais, sintetizam-se os achados, apontam-se lacunas e indicam-se caminhos para pesquisas futuras no campo.

1 Fundamentação Teórica

Este estudo articula diferentes autores que contribuem para compreender a argumentação como ação de linguagem, prática social e instrumento de formação crítica. O conceito de “argumentação biface”, proposto por Plantin (2008), constitui um dos aportes centrais. Para o autor, argumentar envolve a construção de um ponto de vista orientado por uma pergunta central, em diálogo com um interlocutor, visando à disputa de ideias direcionada a uma conclusão. Essa perspectiva dialógica rompe com visões puramente estruturais do ensino da argumentação e ressalta sua dimensão interacional, permitindo entendê-la como prática situada e socialmente significativa.

A mobilização dos esquemas argumentativos, conforme proposto por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) no livro *Tratado da argumentação: Nova retórica*, revelou-se uma estratégia recorrente em algumas das práticas pedagógicas analisadas nesta revisão. A perspectiva da Nova Retórica oferece um aporte teórico relevante para o ensino da argumentação na escola, ao destacar os esquemas argumentativos como mecanismos que estruturam o raciocínio persuasivo. Segundo os autores, argumentar não se resume à apresentação de uma tese, mas envolve a mobilização de estratégias discursivas capazes de fortalecer a adesão do interlocutor ao ponto de vista proposto.

Desse modo, o conhecimento dos diferentes tipos de esquemas, como os argumentos de autoridade, de causalidade ou de analogia, permite ao educador planejar práticas que tornem visíveis os modos como os argumentos se organizam e operam. Ensinar os estudantes a reconhecer os efeitos de sentido produzidos por esses esquemas contribui não apenas para a melhoria da produção textual, mas, sobretudo, para o desenvolvimento da capacidade de refletir criticamente, identificar e avaliar diferentes pontos de vista, e sustentar suas próprias posições de forma fundamentada nas práticas sociais cotidianas.

No campo educacional, embora a perspectiva da Nova Retórica ofereça contribuições relevantes para o ensino da argumentação, especialmente ao destacar os esquemas argumentativos como mecanismos de persuasão, ela se mostra limitada quando o objetivo é promover uma formação emancipadora. Azevedo e Piris (2023), ao discutir as características da argumentação emancipadora, defendem que o ensino da argumentação pode promover a criticidade, reflexão e dialogicidade que são dimensões fundantes da formação humana. Para os autores, argumentar emancipa os sujeitos na medida em que possibilita o enfrentamento de contradições sociais e políticas, o que exige do educador intencionalidade pedagógica voltada à criação de condições para que os estudantes vivenciem práticas de interação argumentativa enraizadas em sua realidade histórica, social e cultural.

Essa abordagem se aproxima da reflexão filosófica de Tonet (2005), para quem a escola deve se constituir como espaço de resistência, comprometido com a formação de sujeitos autônomos e conscientes de sua historicidade. A emancipação, nessa perspectiva, resulta da superação da alienação social e da ampliação da capacidade de intervenção crítica no mundo. Incorporar esse horizonte à análise do ensino da argumentação permite reforçar a compreensão da linguagem não apenas como ferramenta de produção textual, mas sobretudo como prática educativa crítica, capaz de contribuir para a formação de sujeitos socialmente engajados.

Considerando que grande parte das práticas pedagógicas analisadas nesta revisão mobilizam mídias digitais e gêneros multimodais como recursos para o ensino da argumentação, tornou-se pertinente incorporar a noção de multiletramentos, conforme discutida por Rojo e Moura (2012). Para os autores, “os multiletramentos levam em conta a multimodalidade (linguística, visual, gestual, espacial e de áudio) e a multiplicidade de significações e contextos/culturas” (Rojo; Moura, 2012, p. 32). Essa perspectiva reconhece que as práticas de linguagem se reconfiguram continuamente, mediadas por diferentes mídias e culturas, de modo que o ensino da argumentação não pode se restringir apenas ao texto escrito tradicional. Nesse sentido, inserir os multiletramentos no ensino da argumentação significa ampliar a capacidade crítica dos estudantes, ao valorizar suas experiências comunicativas reais que acontecem na sociedade contemporânea.

2 Procedimentos metodológicos

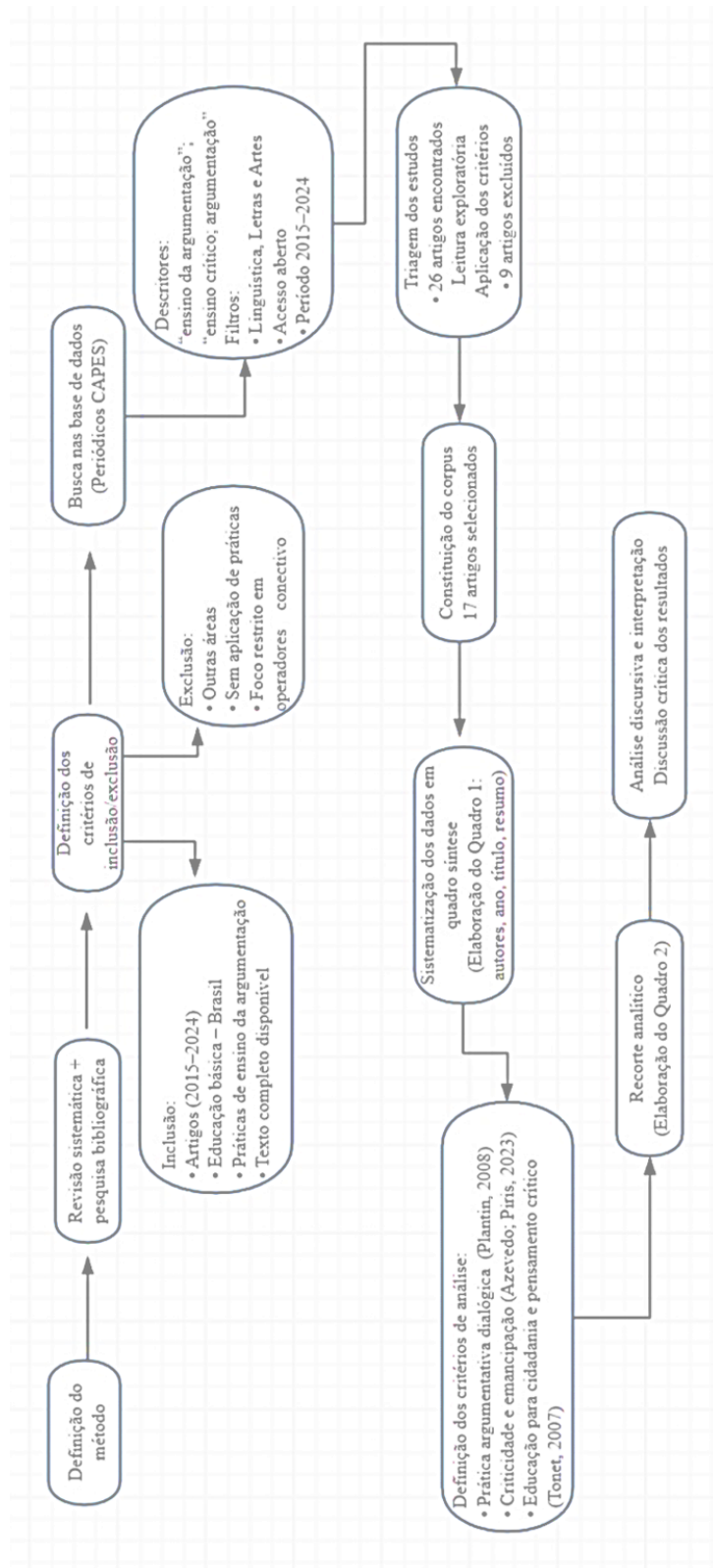
A pesquisa que fundamenta este artigo foi conduzida por meio de uma revisão sistemática de literatura, método que possibilita mapear, organizar e interpretar produções acadêmicas a partir de critérios definidos previamente, assegurando rigor, transparência e reprodutibilidade (Campos; Caetano; Laus-Gomes, 2023). Esse procedimento foi complementado pela pesquisa bibliográfica, entendida como interlocução crítica com as fontes selecionadas (Lima; Miotto, 2007), fundamental para sustentar a análise e garantir atualização teórica.

O percurso metodológico foi desenvolvido em quatro etapas principais, com base em critérios de inclusão e exclusão. Os critérios de inclusão foram: (i) artigos publicados entre 2015 e 2024; (ii) estudos realizados no Brasil, especificamente no âmbito da educação básica; (iii) pesquisas que abordassem práticas pedagógicas voltadas ao ensino da argumentação sob perspectiva crítico-reflexiva; (iv) disponibilidade integral do texto. Os critérios de exclusão envolveram: (i) trabalhos de áreas distintas da Língua Portuguesa; (ii) pesquisas sem comprovação de aplicação de práticas; (iii) propostas que restringissem a argumentação apenas a operadores conectivos.

A base escolhida foi o repositório Periódicos CAPES, em virtude de sua abrangência no campo educacional e credibilidade científica. Utilizaram-se os descritores “ensino da argumentação” e “ensino crítico; argumentação”. Os filtros aplicados foram: período de publicação (2015–2024), área (Linguística, Letras e Artes) e acesso aberto. Inicialmente, foram encontrados 26 artigos; após leitura exploratória que aplicou os critérios de inclusão e exclusão, 9 foram descartados por não atenderem aos critérios, resultando em um *corpus* final de 17 estudos.

O percurso metodológico está sintetizado no fluxograma apresentado na Figura 1, que sistematiza visualmente as etapas da pesquisa, desde a definição do método e dos critérios de seleção até a constituição do *corpus* e os procedimentos de análise. A representação gráfica contribui para a compreensão do processo investigativo ao explicitar a sequência de decisões metodológicas adotada.

Figura 1 – Fluxograma do percurso metodológico da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.

Para orientar a leitura e a discussão dos estudos selecionados, foram definidos três critérios de análise, fundamentados no referencial teórico desta pesquisa: (i) verificar se a prática pedagógica apresentada demonstra comprovadamente o ensino da argumentação como atividade interacional e dialógica (Plantin, 2008); (ii) observar se as propostas privilegiam a criticidade, a reflexão e a dialogicidade, em consonância com a concepção de argumentação emancipadora (Azevedo; Piris, 2023); (iii) identificar indícios do desenvolvimento do pensamento crítico e do engajamento discente, à luz da concepção de educação para a cidadania de Tonet (2007). Esses critérios possibilitaram avaliar não apenas a presença da argumentação no contexto escolar, mas também a sua efetividade como prática formativa e emancipatória.

A sistematização dos 17 artigos resultou na elaboração de um quadro geral de mapeamento (Quadro 1), disponibilizado como material suplementar no Google Drive, de modo a garantir transparência no processo de organização dos dados. O Quadro 1 reúne informações referentes a autores, ano, título e um breve resumo de cada trabalho.

Para fins de análise, neste artigo, foi elaborado um recorte específico, apresentado no Quadro 2, que contempla os estudos que atenderam aos critérios de análise, servindo de base para a discussão crítica desenvolvida na seção seguinte.

3 Resultados e discussão

A revisão sistemática de literatura resultou na seleção de 17 artigos científicos publicados entre 2015 e 2024, todos alinhados aos critérios previamente definidos para a investigação do ensino da argumentação na escola pública brasileira. Os estudos analisados apresentam práticas pedagógicas voltadas ao ensino de Língua Portuguesa na educação básica, com foco no desenvolvimento da argumentação como prática de linguagem, na promoção da criticidade e no engajamento ativo dos estudantes. De modo geral, os artigos demonstram o compromisso com metodologias que valorizam a participação discente, a autoria, o diálogo e a reflexão crítica sobre temas sociais, além de abordagens que articulam os gêneros textuais escolares, os multiletramentos e o uso de mídias digitais no processo formativo.

Para oferecer uma visão panorâmica do *corpus* e orientar as etapas posteriores da análise interpretativa, os dados foram inicialmente organizados em um quadro expositivo geral (Quadro 1) encontra-se disponível como documento suplementar²,

² Disponível em: <https://bit.ly/41QBzLe>. Acesso em: 13 set. 2025.

que apresenta o título de cada estudo, seus respectivos autores, ano de publicação e um breve resumo da prática pedagógica desenvolvida. Essa sistematização preliminar possibilitou observar a diversidade de propostas e contextos escolares, identificar tendências metodológicas e realizar o mapeamento das práticas pedagógicas relativas ao ensino da argumentação no Brasil.

A caracterização geral do *corpus* demonstra algumas tendências relevantes. Primeiramente, nota-se uma distribuição temporal crescente: os anos de 2021 a 2024 concentram a maior parte das publicações, o que sugere um fortalecimento recente do debate sobre ensino da argumentação, possivelmente impulsionado pelo amadurecimento do ProfLetras e pela consolidação da BNCC, que institui a argumentação como uma das competências centrais no campo da linguagem. Em termos metodológicos, predominam os relatos de experiências e a realização de pesquisas-ação realizados em turmas do ensino fundamental (anos finais) e do ensino médio, sinalizando uma preocupação com a aplicabilidade prática das propostas pedagógicas. Há, entretanto, também a presença de artigos de caráter teórico, que contribuem para o aprofundamento conceitual da argumentação como prática social e educativa.

No que tange à origem das pesquisas, ainda que nem todos os artigos informem de forma explícita a localização, é possível notar uma forte presença de estudos vinculados a instituições da região Nordeste e do Sudeste do Brasil. Tal concentração sugere não apenas o vigor acadêmico dessas regiões, mas também aponta para a necessidade de ampliar investigações em outras partes do país, como o Norte e o Centro-Oeste e o Sul, onde a diversidade da realidade sociocultural dos estudantes poderia oferecer contribuições distintas para a compreensão do ensino da argumentação.

Outro dado que se destaca diz respeito aos objetos privilegiados. Verifica-se uma forte presença de gêneros textuais da ordem do argumentar, especialmente o artigo de opinião e a carta do leitor, mobilizados como meios privilegiados para o ensino da escrita. Paralelamente, uma parcela significativa dos estudos investe esforços em práticas que exploram as mídias digitais e a multimodalidade, seja por meio de redes sociais (como o WhatsApp e o YouTube/Booktube) seja por meio da análise crítica de propagandas e textos multimodais.

Quanto às metodologias empregadas, a maior parte dos estudos se apoia na pesquisa-ação a fim de promover intervenções pedagógicas, realizadas diretamente

em turmas da educação básica. Essa predominância confirma uma tendência: privilegiar abordagens empíricas, em que o pesquisador assume o papel de educador, planeja, aplica e avalia as propostas empreendidas em sala de aula.

Além disso, merece destaque o fato de que, embora a maioria das práticas analisadas esteja vinculada ao ensino de gêneros da esfera jornalística e escolar, alguns estudos propõem rupturas em relação ao modelo tradicional de ensino do “gênero Enem”. Essas pesquisas buscam deslocar o foco da mera reprodução de estruturas pré-definidas para uma abordagem que valoriza o processo de produção, revisão e reflexão crítica dos estudantes acerca dos próprios textos. Tal movimento aproxima a escrita escolar de uma experiência mais dialógica.

No que diz respeito às lacunas observadas no mapeamento inicial, nota-se uma escassez de trabalhos que explorem de maneira sistemática o ensino da argumentação a partir de gêneros literários ou que articulem práticas de leitura literária às práticas argumentativas. Do mesmo modo, poucos estudos apresentam uma avaliação aprofundada dos impactos das intervenções na formação crítica dos estudantes, limitando-se, muitas vezes, a relatar quais atividades foram utilizadas, sem mensurar ou discutir de forma mais consistente as ações docentes.

Com base nessa organização inicial, os critérios de análise foram definidos: (i) características do ensino efetivo da argumentação; (ii) promoção da criticidade, reflexão e dialogicidade; (iii) informações que apontam o desenvolvimento do pensamento crítico e o engajamento discente. Esses trabalhos, reunidos no Quadro 2 e discutidos de forma interpretativa na seção seguinte, oferecem contribuições para compreender o ensino da argumentação como prática educativo-crítica favorável ao engajamento discente.

Embora o levantamento sistemático tenha resultado em um *corpus* de 17 artigos, optou-se, neste artigo, por estabelecer um recorte analítico centrado nos estudos que dialogam de forma mais direta com o problema da pesquisa de referência para este artigo: quais metodologias têm incorporado o ensino da argumentação como uma prática educativo-crítica no Brasil. Essa decisão se justifica tanto pela necessidade de manter a concisão do texto quanto pela pertinência para destacar as práticas pedagógicas que atenderam aos critérios de análise estabelecidos e citados anteriormente.

Assim, a análise se concentra nos estudos que apresentaram contribuições mais relevantes para a compreensão do ensino da argumentação como prática educativa e crítica. O mapeamento completo (com 17 artigos) se encontra sistematizado no Quadro 1 (cf. material suplementar) e esta seção privilegia os trabalhos reunidos no Quadro 2. Esse recorte permite destacar os avanços observados, bem como as limitações e os desafios que ainda se colocam para a consolidação da argumentação na educação básica brasileira.

Quadro 2 – Estudos reunidos como corpus de análise.

Ano	Autores	Título
2018	Santos; Martins	O desenvolvimento da capacidade de argumentação em mídias sociais digitais: O uso pedagógico do WhatsApp
2019	Tucij; Pacífico	Argumentação e autoria de adolescentes booktubers: Interfaces entre a sala de aula e o ambiente virtual
2021	Azevedo; Reis; Monte	Leitura argumentativa na escola: propostas didáticas fundadas na perspectiva interacional da argumentação
2022	França; Ferreira	“Só se aprende a fazer, fazendo!” Desenvolvendo as competências argumentativas dos discentes: O trabalho com gênero textual artigo de opinião
2023	Silva	Ensino de argumentação e a leitura crítica da mídia: Uma proposta para o desenvolvimento da capacidade argumentativa
2023	Araújo; Azevedo; Morais	Multiletramento no ensino de argumentação emancipadora
2024	Gonçalvez; Batista; Pereira	Do texto dissertativo-argumentativo à autoavaliação: O processo de ensino e aprendizagem e a construção da argumentação e da cidadania
2024	Silva <i>et al.</i>	Argumentação na produção textual escrita de alunos do ensino médio em contexto de intervenção pedagógica

Fonte: Elaboração própria.

Em primeiro lugar, em “O desenvolvimento da capacidade de argumentação em mídias sociais digitais: o uso pedagógico do WhatsApp”, elaborado por Santos e Martins (2018), observa-se que, ao desenvolver uma atividade de discussão em grupo, via WhatsApp, a professora não apenas motivou a exposição de opiniões, mas orientou os estudantes na construção de argumentos com base em estratégias discursivas reconhecíveis. Esse estudo indica, com base no Critério 1, que o ensino da argumentação em um contexto de interação real promove a mobilização de esquemas argumentativos de exemplificação e causalidade. Além disso, aspectos ligados ao Critério 2 indicam que é possível promover a criticidade ao inserir os jovens em um espaço digital cotidiano, e isso pode ressignificar o uso da tecnologia em favor

da aprendizagem. O Critério 3 também foi contemplado, uma vez que os resultados indicam participação ativa e construção colaborativa de argumentos, o que fortalece o engajamento discente.

De modo semelhante, o artigo “Multiletramento no ensino de argumentação emancipadora”, de Araújo, Azevedo e Moraes (2023), também apresenta contribuições relevantes. A proposta pedagógica relatada mobiliza diretamente os princípios da perspectiva dos multiletramentos, ao articular a argumentação a problemas sociais reais vividos na escola. A partir do Critério 1, é possível notar que a argumentação pode ser trabalhada como uma prática de linguagem situada. O Critério 2 é fortalecido pela dimensão reflexiva e dialógica das atividades, que transformam a sala de aula em espaço de exercício da cidadania, e o Critério 3 é contemplado pelos efeitos observados na elaboração de documentos e pedidos concretos para haver melhorias estruturais na sociedade, sinalizando engajamento efetivo dos estudantes na realidade.

Outro exemplo significativo é o trabalho “Argumentação e autoria de adolescentes *booktubers*: Interfaces entre a sala de aula e o ambiente virtual”, de Tuci e Pacífico (2019). As autoras ressaltam que a argumentação é indispensável para o exercício da autoria crítica, e, nesse sentido, a prática propôs reflexões sobre ideologia de gênero, etnias e padrões de beleza. No que se refere ao Critério 1, a proposta vai além da técnica textual, pois possibilita a prática de argumentação em contextos multimodais. Quanto ao Critério 2, o estudo é exemplar, já que mobiliza temas sensíveis e socialmente relevantes que exigem posicionamento crítico dos estudantes. Por fim, o Critério 3 também é abordado, visto que os resultados relatam que os adolescentes ampliaram sua capacidade de refletir criticamente acerca de discursos naturalizados pela mídia e pelo consumo.

A análise conjunta desses três estudos indica como a articulação entre multiletramentos e práticas sociais concretas de linguagem amplia o potencial formativo da argumentação. Enquanto Santos e Martins (2018) exploram as interações digitais no WhatsApp como espaço de construção colaborativa de argumentos, Araújo, Azevedo e Moraes (2023) inserem a argumentação em problemáticas locais, convertendo-a em exercício de cidadania crítica. Já Tuci e Pacífico (2019) mobilizam a autoria em ambientes digitais por meio de práticas multimodais, como a atuação de *booktubers*, problematizando discursos sociais em torno de questões de gênero, etnia e padrões de beleza. Em conjunto, esses

trabalhos reforçam que o ensino da argumentação não pode ser restrita ao texto escrito de maneira linear, mas deve dialogar com múltiplos modos de linguagem e com diferentes contextos sociais de produção.

Ao analisar o artigo “Leitura argumentativa na escola: propostas didáticas fundadas na perspectiva interacional da argumentação”, de Azevedo, Reis e Monte (2021), compreende-se que a experiência de criar o “jogo da argumentação” representa um caso exemplar de ensino explícito de esquemas argumentativos, mobilizando premissas, leis de passagem e conclusões, tal como a Nova Retórica e os estudos de Plantin (2008) destacam. Assim, o Critério 1 é plenamente atendido, já que o ensino da argumentação é estruturado como prática sistemática e interativa. O Critério 2 também é observado visto que os estudantes aprendem a dialogar e a responder a diferentes pontos de vista, exercitando reflexividade. O Critério 3, por sua vez, é constatado na apropriação dos esquemas pelos estudantes, que passaram a estruturar melhor seus raciocínios.

Nota-se, assim, quão significativa é uma abordagem didática que combina a sistematização dos esquemas argumentativos com a prática dialógica, pois isso promove o desenvolvimento da capacidade lógica e de capacidades alinhadas ao engajamento crítico dos estudantes. A proposta reforça a importância de um ensino que não apenas apresenta os elementos formais da argumentação, mas que motiva a interação e a reflexão sobre diferentes perspectivas, consolidando a argumentação como uma prática social e cognitiva fundamental no ambiente escolar.

No trabalho “Ensino de argumentação e a leitura crítica da mídia: Uma proposta para o desenvolvimento da capacidade argumentativa”, de Silva (2023), a proposta pedagógica aposta na desconstrução de discursos publicitários. Aqui, o Critério 1 se materializa na análise das estratégias persuasivas de textos multimodais; o Critério 2 é enfatizado pela mobilização da leitura crítica como ato político, em alinhamento com alguns dos apontamentos de Azevedo e Piris (2023); e o Critério 3 aparece no desenvolvimento da consciência social dos estudantes, que passam a problematizar discursos dominantes e identificar relações de poder.

O artigo “‘Só se aprende a fazer, fazendo!’ Desenvolvendo as competências argumentativas dos discentes: O trabalho com gênero textual artigo de opinião”, de França e Ferreira (2022), reforça como uma sequência didática cuidadosamente planejada pode ser produtiva. O Critério 1 é atendido a partir do ensino intencional das

estruturas argumentativas; o Critério 2 aparece na atenção dada à formação crítica dos estudantes ao incentivá-los a considerar contra-argumentos e a responder a resistências; e o Critério 3 é perceptível na melhoria da qualidade das produções textuais, que apresentam teses mais claras e argumentos utilizados estrategicamente.

A aproximação entre os estudos de Silva (2023) e de França e Ferreira (2022) demonstra a importância de articular leitura e produção na formação dos estudantes. Enquanto a análise crítica de discursos midiáticos promove a desconstrução de sentidos normalizados e a produção de artigos de opinião mobiliza a elaboração de posicionamentos claros e fundamentados. Em conjunto, esses trabalhos apontam que a competência crítica-reflexiva é fortalecida quando o estudante é colocado em situações de múltiplas práticas discursivas, que envolvem tanto a interpretação crítica quanto a autoria.

Já os estudos de Gonçalves, Batista e Pereira (2024) e de Silva *et al.* (2024) contribuem principalmente para entender o gênero dissertativo-argumentativo, frequentemente reduzido ao chamado “gênero Enem”. Em ambos os casos, o Critério 1 é atendido, pois o ensino da argumentação não se limita ao produto final, mas valoriza o processo de escrita, revisão e reflexão. O Critério 2 é contemplado pela promoção da autoavaliação, da metacognição e do debate sobre temáticas sociais relevantes. Por fim, o Critério 3 é observado pelos avanços observados nas versões finais dos textos, nos quais os estudantes demonstraram as capacidades de sustentação crítica e avaliação da intervenção cidadã.

A análise conjunta desses dois últimos trabalhos indica um esforço para superar a abordagem restrita à redação escolar, por valorizar processos de reflexão e de reescrita. Ainda assim, nota-se a limitação imposta pelo predomínio do gênero dissertativo-argumentativo, o que restringe a exploração de outras formas textuais igualmente importantes para o exercício crítico da argumentação, como os gêneros literários e digitais.

Observa-se também que, mesmo nas práticas que não se baseiam diretamente no conceito de multiletramentos, há uma preocupação explícita em articular a argumentação à contemporaneidade a partir dos temas e gêneros trabalhados. Discussões sobre a proibição do uso de celulares nas escolas, a análise da mídia enquanto aparelho de poder e a leitura crítica de propagandas exemplificam esse movimento. Essas práticas, portanto, apontam para uma inovação pedagógica que

combina a valorização dos esquemas argumentativos, a exploração da multimodalidade e a ressignificação do ensino do dissertativo-argumentativo em direção a uma abordagem processual, reflexiva e crítica.

Ressalta-se ainda que, dos oito estudos analisados no recorte, quatro mobilizam explicitamente a perspectiva dos multiletramentos e da multimodalidade em suas propostas. Esse dado é significativo, pois demonstra uma tendência recente de deslocar o ensino da argumentação do eixo exclusivamente escrito para práticas discursivas que envolvem múltiplas linguagens, suportes e modos de significação. Trabalhos como os de Santos e Martins (2018), ao explorar o WhatsApp como espaço de discussão, e de Tuci e Pacífico (2019), ao abordar a autoria de adolescentes *booktubers*, demonstram como o ambiente digital favorece interações multimodais que ampliam o ensino da argumentação. Da mesma forma, os estudos de Araújo, Azevedo e Moraes (2023) e Silva (2023) reforçam esse movimento ao articular a argumentação a textos midiáticos e a problemáticas sociais em contextos escolares. Assim, os multiletramentos e a multimodalidade não aparecem apenas como recursos didáticos, mas como dimensões constitutivas da prática argumentativa contemporânea, o que indica a necessidade de as propostas pedagógicas acompanharem as transformações comunicativas do mundo digital.

No entanto, também podemos observar lacunas. A concentração excessiva em gêneros escritos, como o artigo de opinião e a carta do leitor, ainda que trabalhados de modo crítico, limita o campo de experimentação. A ausência de propostas que sistematizam a avaliação dos impactos das intervenções é outro ponto a ser ressaltado marcado nas propostas que articulam a argumentação ao trabalho com gêneros literários. A literatura, por lidar com conflitos, vozes sociais e dilemas éticos, poderia constituir um espaço privilegiado para o exercício argumentativo em sala de aula, favorecendo a análise crítica e a formação cidadã. No entanto, essa dimensão permanece pouco explorada nas pesquisas mapeadas, o que representa uma oportunidade relevante de investigação futura.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo mapear práticas pedagógicas relativas ao ensino da argumentação na educação básica brasileira, destacando aquelas que mais se aproximam de uma perspectiva educativo-crítica e emancipadora. O percurso metodológico, baseado em revisão sistemática da literatura, permitiu identificar

tendências relevantes e oferecer uma visão ampla da produção científica nacional entre 2015 e 2024, contribuindo não apenas para compreender o cenário atual, mas também para subsidiar novas investigações e orientar políticas de formação docente voltadas ao fortalecimento da argumentação na escola e além dela.

O estudo possibilitou tanto a sistematização de práticas pedagógicas já consolidadas quanto a identificação de lacunas que ainda desafiam o campo, pois, de modo geral, o levantamento demonstrou que o ensino da argumentação tem ocupado espaço crescente nas pesquisas em Linguagem e Educação, acompanhando as demandas da BNCC e os debates em torno da formação cidadã. Os estudos apontam esforços em articular práticas escolares a contextos sociais mais amplos, o que reforça a compreensão da argumentação como prática social e não apenas como recurso textual. Esse movimento já constitui, em si, uma contribuição importante para o campo, pois desloca a ênfase do ensino mais restrito para abordagens críticas e dialógicas.

Apesar dos avanços, o mapeamento indica que a consolidação de um ensino crítico da argumentação ainda encontra limitações. A concentração em determinados gêneros textuais, a carência de avaliações mais sistemáticas sobre os efeitos pedagógicos das intervenções e a pouca exploração de propostas interdisciplinares demonstram que há lacunas a serem superadas. Tais constatações sugerem que o campo carece de maior diversificação metodológica e de investigações que acompanhem, em longo prazo, os impactos formativos das práticas de argumentação.

Se por um lado os estudos analisados oferecem propostas criativas e bem fundamentadas, por outro indicam a necessidade de que a formação inicial e continuada dos professores inclua o domínio de referenciais teóricos sólidos relativos à Nova Retórica, concepção de multiletramentos e pedagogia emancipadora. Considera-se que, sem essa sustentação, há o risco de que experiências inovadoras se mantenham pontuais, sem continuidade ou replicabilidade.

Este artigo buscou provocar um debate mais amplo sobre o lugar da argumentação na escola pública brasileira. Ao destacar as experiências bem-sucedidas e as lacunas persistentes, este estudo oferece subsídios para que novas práticas e investigações possam avançar no sentido de consolidar a argumentação como um direito fundamental, ligado à cidadania, criticidade e emancipação humana.

Muitas das práticas analisadas demonstram criatividade e engajamento, mas permanecem pontuais e dependentes do esforço individual do docente. Para que haja consolidação, propõe-se que propostas educacionais incorporem a argumentação crítica e emancipadora como prioridade em alinhamento aos currículos de formação docente, incentivando a apropriação de referenciais teóricos. Essa dimensão formativa é estratégica para que experiências exitosas deixem de estar isoladas e passem a constituir um repertório mais amplo, replicável e sustentável no ensino público brasileiro.

Por fim, a análise sugere caminhos para futuras pesquisas, como: ampliar a exploração de gêneros pouco trabalhados (como o literário em diálogo com a argumentação), investir em metodologias interdisciplinares, fortalecer a dimensão avaliativa das intervenções e investigar como a escola pode dialogar mais intensamente com as práticas discursivas digitais e multimodais que atravessam a vida dos estudantes. Tais movimentos são essenciais para que a argumentação, mais do que um conteúdo escolar, seja vivida como prática social transformadora, capaz de formar sujeitos autônomos, críticos e engajados com os desafios da contemporaneidade.

Agradecimentos

Esta pesquisa foi viabilizada com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio da concessão de bolsa de Iniciação Científica. A gratidão a essa agência de fomento é importante para marcar a relevância do apoio ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Brasil na formação de novos pesquisadores. O incentivo proporcionado pelo CNPq não apenas fortalece a trajetória acadêmica de estudantes em formação, como também reafirma o valor da pesquisa como instrumento de transformação social e produção de conhecimento.

Referências

AQUINO, Zilda Gaspar Oliveira de; DIOGUARDI, Gabriela. Aprender a argumentar, argumentando: o gênero tweet no ensino de língua materna. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 49-66, 2015.

- ARAÚJO, Júlio César Dantas de; AZEVEDO, Glícia; MORAIS, Débora Praxedes. Multiletramentos no ensino de argumentação emancipadora. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 91-105, 2023.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan *et al.* O ensino de argumentação: Cartografia das pesquisas realizadas na região nordeste do Brasil na década de 2010. In: FREITAG, Raquel Meister Ko.; AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan. **Cartografia da pesquisa em linguagem no nordeste: áreas emergentes, aplicações para o ensino e interfaces**. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 263-289.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; MELO, Fábila Santos. Engana-me se for capaz... A produção de contos populares de humor com base na argumentação literária. **Revista do GELNE**, Natal, v. 25, n. 1, p. e32021-e32021, 2023.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; PIRIS, Eduardo Lopes. Pedagogia da esperança e argumentação emancipadora. In: REICHMANN, C. L.; MEDRADO, B. P.; COSTA, W. P. A. **Nas fronteiras e margens: desenvolvimento de professores de línguas como território de esperanças**. Campinas: Editora Pontes, 2023. p. 83-106.
- AZEVEDO, Isabel Cristina Michelan; REIS, Louriane Ribeiro; MONTE, Nadija Santos. Leitura argumentativa na escola: propostas didáticas fundadas na perspectiva interacional da argumentação. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 108-131, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CAMPOS, Alessandra Freire Magalhães; CAETANO, Luís Miguel Dias; GOMES, Víctor Márcio Laus Reis. Revisão sistemática de literatura em educação: Características, estrutura e possibilidades às pesquisas qualitativas. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 27, n. 54, p. 139-169, 2023.
- COELHO, Maria Dayane Costa; ALVES, Shirlei Marly. Gameargumentação: a gamificação como estratégia metodológica no desenvolvimento de textos argumentativos. **Pensares em Revista**, n. 31, p. 77-103, 2024.
- FRANÇA, José Marcos Ernesto Santana; FERREIRA, Suely de Sousa Martins. Só se aprende a fazer, fazendo! desenvolvendo as competências argumentativas dos discentes: o trabalho com o gênero textual artigo de opinião. **Revista do GELNE**, Natal, v. 24, n. 2, p. 84-99, 2022.
- GONÇALVES, Ana Cecília Teixeira; BATISTA, Jeize De Fátima; PEREIRA, Laura Schmitt. Do texto dissertativo-argumentativo à autoavaliação: o processo ensino e aprendizagem e a construção da argumentação e da cidadania. **APRENDER - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, n. 32, p. 120-131, 2024.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.
- MARTINS, Erikson de Carvalho; SANTOS, Gilberto Lacerda. O desenvolvimento da capacidade de argumentação em mídias sociais digitais: o uso pedagógico do whatsapp. **ETD Educação Temática Digital**, v. 20, n. 1, p. 137-152, 2018.

MARTINS, Silvana Neumann; DIESEL, Aline; DIESEL, Daniela. O júri simulado como estratégia de ensino nas aulas de Língua Portuguesa e de Educação Física no ensino fundamental: um relato de experiências. **Revista Educação, Cultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, 2015.

MOTA, Telma Maria Santos Faria; SILVA, Luzia Rodrigues; OLIVEIRA, Ilse Leone Borges Chaves. A produção da carta na sala de aula: exercitando a cidadania. **Revista Polyphonia**, v. 25, n. 2, p. 181-199, 2014.

NASCIMENTO, Maria do Socorro Silva; DUARTE, Patrícia Cristina Oliveira; ARAÚJO, Roberta Negrão de. Da Teoria à Prática: A Implementação das Atividades do Caderno Pedagógico “Artigo de Opinião” em Sala de Aula. **Revista Ensin@ UFMS**, v. 4, n. 8, p. 197-221, 2023.

OLIVEIRA, Joseilda; BESSA, José Cezinaldo Rocha. A construção argumentativa do dizer do aluno na produção textual escrita no ensino médio. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 14, n. 29, p. 801-820, 2020.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**; Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; 2. ed. – São Paulo: Martins fontes, 2005.

PLANTIN, Christian. A argumentação biface. In: LARA, Gláucia Maria Pimenta; MACHADO, Ingedore Villaça Lima; EMEDIATO, Wanda. **Análises do discurso hoje**. v. 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 13–26.

RODRIGUES, Jessica Do Nascimento. Blog Argumentandos: escrever para além da escola. **Diálogo**, n. 36, p. 179-190, 2017.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (orgs.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SILVA, Alexandre Marques. Ensino de argumentação e leitura crítica da mídia: uma proposta para o desenvolvimento da capacidade argumentativa. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 128-153, 2023.

SILVA, Emanuel Matheus et al. Argumentação na produção textual escrita de alunos do ensino médio em contexto de intervenção pedagógica. **Educação em Foco**, v. 29, n. 1, 2024.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade?. **Perspectiva**, v. 23, n. 02, p. 469-484, 2005.

TURCI, Valéria Fernandes; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Argumentação e autoria de adolescentes *booktubers*: interfaces entre a sala de aula e o ambiente virtual. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 19, p. 121-139, 2019.

XAVIER, Glayci Kelli Reis Da Silva; SIQUEIRA, Sirley. Pensar por si e dizer o que pensa: o ensino da argumentação e a formação de sujeitos autônomos. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 72-92, 2019.